

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: NOTURNO**

Luís Alexandre Merolle

**O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DO
NOVO ENSINO MÉDIO: OS ESPAÇOS E SIGNIFICADOS DA
SOCIOLOGIA NAS ESCOLAS DE GRAVATAÍ-RS**

Porto alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: NOTURNO

LUÍS ALEXANDRE MEROLLE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em
Ciências Sociais na Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Jefferson
Marçal da Rocha

Porto Alegre

2023

LUÍS ALEXANDRE MEROLLE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em
Ciências Sociais na Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o Jefferson Marçal da Rocha
Orientador

Prof^a. Dr^a Célia Elizabete Caregnato

Prof^a.Dr^a Rosimeri Aquino da Silva

Porto Alegre, 15 de setembro de 2023

RESUMO

O objetivo desta pesquisa exploratória é entender a atuação dos professores de sociologia da cidade de Gravataí, após um ano do início da implementação do Novo Ensino Médio (NEM), em 2022. O estudo se dá através da análise e reflexão das falas colhidas em entrevistas individuais de três docentes que lecionam o componente de sociologia na rede estadual de ensino do município. Os resultados desta análise apontam que não houve novos problemas a serem enfrentados pelos professores, mas sim que aqueles já enraizados no sistema de ensino pioraram e fragilizaram mais ainda o componente de sociologia no ensino médio. A piora se dá na sobrecarga dos docentes com a distribuição de componentes ainda mais fragmentada nas escolas, negociações mais difíceis para o trabalho em condições minimamente suportáveis; assim houve mais uma desvalorização da sociologia como componente escolar no NEM. Tudo isso com impacto direto sobre a qualidade de ensino e na pedagogia dos profissionais. O que por fim, pode-se afirmar, dificulta o desenvolvimento de um pensamento sociológico nos estudantes do ensino médio nas escolas estaduais do RS.

Palavras-chave: sociologia, ensino médio, sentido, educação, professor

FIGURAS

1. Organização da grade curricular dos anos de 2021 e 2023.....	16
2. SEDUC/RS Edital 6/2023	21

TABELAS

Tabela 1: Dados dos participantes	31
Tabela 2: Componentes por participante	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PERCURSO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO	12
2.1 A trajetória nacional da disciplina	12
2.2 A trajetória estadual da disciplina	14
2.3 O novo ensino médio e a sociologia	16
2.4 Sentido e significado do componente	19
2.5 E os professores de sociologia?	23
3. MÉTODO	27
4.1 O tempo	27
4.2 Idas e vindas	28
4.3 Os professores	29
4. ANÁLISE	31
4.1 Visões do novo ensino médio	32
4.2 O ensino das disciplinas e de sociologia	36
4.3 A prática de ensino e como a sociologia é vista pelos alunos	41
5. CONCLUSÃO	45
BIBLIOGRAFIA	49
ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

O que impulsiona essa pesquisa é a minha curiosidade, como futuro professor de Sociologia, sobre a situação do ensino de sociologia no Novo Ensino Médio (NEM). Tento entender qual o sentido e espaço que passará a ter este componente e esta área do conhecimento dentro desse novo modelo, uma vez que as ciências sociais quase sempre estiveram com a presença na formação dos estudantes do ensino médio ameaçada.

A obrigação do componente de sociologia em toda etapa do ensino médio foi uma conquista para área das ciências sociais no ano de 2008, contudo este percurso em 2022 foi perdido, por conta de “uma nova política educacional com propósitos mercantis em detrimento da educação emancipadora” (Castro, 2019, p.29).

A expectativa deste estudo será compreender, a partir da atuação dos professores de sociologia das escolas públicas do município de Gravataí, como estão se operacionalizando no espaço da escola estas mudanças? Como os professores de sociologia da rede estadual de Gravataí vivenciam esta nova proposta nas suas áreas de atuação?

Espera-se com isto contribuir para a resistência de uma proposta educativa libertadora, pois sabemos que a prática dos docentes em sociologia tem papel fundamental neste papel.

1.1 O momento

Em 2023 a implementação do NEM já está no seu segundo ano, assim já temos alunos nos dois anos iniciais dessa etapa. O novo modelo aprovado em 2017, pelo governo Temer, após o golpe contra a primeira presidenta eleita no Brasil, atravessou uma gestão da educação desastrosa com a política de um governo de extrema direita; neste governo (2019-2022), o Ministério da Educação não atuou na implementação curricular de nenhuma proposta. Foram quatro anos de total inércia e desmonte do ensino público brasileiro.

Além disso, a epidemia de Covid-19 chegou com força ao Brasil em março de 2020, causando centenas de milhares de mortes e gigantescas consequências socioeconômicas na população ao longo de seus três anos. O impacto da doença exigiu medidas de segurança e distanciamento severas, com importantes impactos no sistema educacional, que ficou suspenso por longo período, voltando às aulas em um primeiro momento de forma remota,

tanto no ensino básico como superior, público ou privado; após este período, ainda em fase de exceção foi ministrada por um tempo (anos de 2021 e 2022 em alguns estabelecimentos de ensino) de forma híbrida (presencial e remota), voltando lentamente ao modelo presencial. Nesse ínterim a discussão sobre o Ensino Médio, assim como muitos outros assuntos ligados à educação, ficaram em segundo plano.

No fim de 2021 o governo do estado do Rio Grande do Sul deu prosseguimento à implementação do Novo Ensino Médio com a portaria de nº 350/2021 da SEDUC/RS que determina a organização curricular para o ano 2022, primeiro ano de vigência de sua implementação que vai até 2024. É em síntese este é contexto que esta pesquisa se dá.

Dito isto, este texto está dividido da seguinte forma: o momento inicial é um breve resgate do percurso da sociologia como disciplina curricular na educação brasileira, chegando até os dias de hoje, e como se deu esse percurso no estado do Rio Grande do Sul (RS). Logo em seguida apresento autores e bases teóricas que discutem os significados e sentidos da sociologia no ensino básico do Brasil. Os artigos que uso de referência foram em sua maioria produzidos entre 2004 e 2019, ou seja, sem ainda lidar com as mudanças curriculares efetivas do NEM, por ser um evento muito recente.

Após a discussão mais teórica se discute o método, como se chegou a opção pela pesquisa exploratória e uso da pesquisa qualitativa, a escolha dos professores entrevistados e os critérios para montagem das entrevistas semiestruturadas, assim como a escolha da abordagem dos resultados. Salientando, não como forma de justificativa, mas para pontuar nas práticas de pesquisa em educação, as dificuldades que se tem para realização das investigações. Fato que eu não tinha consciência.

Esclarecida a metodologia, os materiais empíricos encontrados nas entrevistas com os participantes, são analisados. Neste tópico quantifico e analiso os achados obtidos com os entrevistados de forma reflexiva que em síntese trataram dos seguintes temas: as ações tomadas pelos professores frente a mudança, expectativas na docência, estratégias pedagógicas e emocionais adotadas para continuar na profissão, reconhecimento (ou não) de sua ação sobre o ensino da sociologia nos espaços escolares.

Os objetivos buscados nesta pesquisa foram descobrir como a nova distribuição da disciplina afetou a atuação dos docentes de sociologia? Analisar como estão as expectativas sobre a profissão? E como os professores veem o ensino de sociologia nesse novo formato, após esses quase dois anos de sua implementação?

Por fim, apresento a conclusão onde passada as reflexões e análises, realizo, dentro das limitações inerentes a uma pesquisa de graduação e do escopo da amostra, algumas considerações sobre o que foi encontrado. Essa parte não pretende exaurir os achados, mas ilustrar como podem ser encarados os dados produzidos das minhas experiências de campo, pensando a prática pedagógica dos professores de sociologia diante das constantes disputas por espaço na política educacional e na esperança de que estes achados possam servir para instigar não só as minhas próximas pesquisas, assim como a de outros professores da área.

1.2 Por que Gravataí?

Moro na cidade de Gravataí faz cinco anos, desde que passei em um concurso público da área da educação da rede municipal. A cidade faz parte da região metropolitana de Porto Alegre, formada inicialmente por povos indígenas e após a invasão colonizadora entre os séculos XVI e XIX por açorianos (1763¹); seu nome original é Aldeia dos Anjos, neste contexto “aldeia” sendo alcunha ainda hoje usada pelos moradores locais em alguns contextos culturais

A cidade possui 265 mil habitantes em 2021, com índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,73 (dados do IBGE de 2021²).

Gravataí tem forte vínculo com a indústria, sendo que a partir do final do século XX estes segmento passou a ser fonte importante de recursos municipais (impostos) por conta da presença de empresas multinacionais como a montadora de automóveis americana General Motors (GM), a chinesa *Prometeon* (antiga Pirelli) fabricante de pneus para veículos, entre outras adjacentes a estes setores. Assim a cidade se constituiu nas últimas décadas em uma das mais relevantes na economia da região e do estado, atraindo trabalhadores de diversas regiões do estado.

O poder público local possui uma política que procura atrair grandes centros de distribuição de empresas de *e-commerce* nacionais e internacionais por conta do fácil acesso a *freeway* (BR 290) e ao aeroporto, o que permite uma melhor logística de entrega dos produtos produzidos no município.

Já em relação ao sistema educacional, Gravataí possui, conforme o censo, 42.048

¹ Câmara municipal de Gravataí: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/historia/historia-de-gravatai-2> (acesso em: 25/08/2023)

² Site do IBGE cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gravatai/panorama> (acesso em: 25/08/2023)

estudantes matriculados no ensino básico, destes 8.896 no ensino médio; conta com 21 escolas nesta etapa, destas 18 estaduais³, possui 531 docentes, e conforme informações da 28ª Coordenadoria Regional de Educação do estado (28ª CRE), 37 professores de sociologia alocados na cidade.

A escolha de pesquisar o local se dá por motivos pessoais e profissionais, provavelmente trabalharei, depois de formado, como professor na rede de ensino desta cidade, assim entender como se dão alguns dos efeitos de uma política nacional de grande impacto como o NEM nesta comunidade me proporcionará uma experiência dos desafios que encontrarei, além de contribuir com subsídios para melhoria da educação neste município, uma vez já que trabalho e vivo nele.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico revisito abordagens teóricas sobre o ensino de sociologia, bem como faço um breve histórico da trajetória da disciplina de sociologia no Brasil e no estado até a presente data, sem evidentemente, esgotar a discussão.

2.1 Trajetória nacional da disciplina

No ano de 2008 a disciplina de sociologia voltava ao currículo nacional de forma obrigatória, mais de seis décadas após perder essa condição na grade curricular, essa volta se dá com a Lei nº 11.684 de 2008. Deste ano em diante a sociologia como disciplina curricular teria que fazer parte de todos os anos do ensino médio. Para entender como se dá esse caminho farei um breve resumo da situação a nível nacional e estadual até a implementação do Novo Ensino Médio – NEM.

A trajetória da discussão sobre a disciplina de sociologia na educação escolar do Brasil é longa, data da primeira república, no entanto diferente do percurso da área no ensino superior, que teve seus próprios desafios, a posição do componente e sua necessidade na rede de ensino básico nacional³ tem um percurso conturbado com diversas e longas interrupções, como aponta Sarandy:

Segundo os trabalhos de Villas Bôas (1998), Giglio (1999), Bispo (2003) e Rêses (2004), a disciplina sociologia teria sido proposta ainda no Império. Em 1882, “Rui Barbosa, enquanto deputado, apresentou projeto que versava sobre a reestruturação do ensino” (Rêses, 2005); em 1891, nova proposta é lançada a partir de um projeto para a re-estruturação do ensino no Brasil, de Benjamin Constant. A proposta foi descartada após a morte de Constant, retirada do currículo pela Reforma Epitácio Pessoa, de 1901, “sem nunca ter sido ofertada” e efetivada (Rêses, 2004, p. 7), outra vez proposta pela Reforma Rocha Vaz, em 1925, e ratificada com a Reforma Francisco Campos, em 1931. Em 1942, no entanto, a Reforma Capanema retira a obrigatoriedade do ensino da sociologia da escola secundária e entre esse ano e 1960 a disciplina vai sendo alijada pouco a pouco do ensino secundário, sobrevivendo apenas no curso superior e na escola normal. (Sarandy, 2011, p.9)

Durante o período do regime militar no Brasil entre 1964 a 1985, a disciplina de sociologia ficou confinada aos cursos universitários, devido a sua não obrigatoriedade e da

³ Opto por usar termos mais atuais quando necessário, para contextualizar com as novas terminologias.

visão dos militares sobre este componente na educação básica (Meirelles et al, 2019), ou conforme Sarandy:

[...] o regime militar consolidou seu insulamento acadêmico e a afastou dos debates públicos. Compreensível diante do grau de importância a que as ciências sociais foram elevadas desde o início do século no imaginário social do país e do grau de autonomia dos intelectuais. Colocar sob controle essa efervescência reformadora deveria passar necessariamente pelo seu afastamento dos centros decisórios e dos espaços de influência intelectual e formação da opinião pública. (Sarandy, 2011, p.11)

As condições para a retomada do debate sobre a volta da obrigatoriedade surgem por volta de 1980, no fim do governo autoritário, segundo Meirelles et al (2019), mas não avança, por que entre outras coisas, há uma distinção hierárquica entre bacharéis e licenciados, criada pela lei 6.888/80 e pelo decreto 89.531/84, que enfraqueceram a posição destes últimos como sociólogos.

Segundo a legislação, o V Congresso Nacional de Sociólogos (1984) propunha a extinção dos cursos de Licenciatura em Ciências Sociais; bem como os estatutos de sindicatos e da federação dos sociólogos defendiam que, o licenciado em Ciências Sociais ou Sociologia não seriam sociólogos, já que não teria formação adequada para fazer pesquisa, gerando um embate entre bacharéis e licenciados (Cristina e França, 2016, p.46 apud Moraes, 2003)

No período de redemocratização, década de 1980, se seguem os debates a nível regional com diversos estados optando pela inclusão da disciplina no currículo das escolas, entre eles o Rio Grande do Sul (Cristina e França, 2016). A retomada da disciplina ganha força com a presença da cidadania como um dos fundamentos da constituição de 1988 (art.º 1, inciso II) e a educação tendo o papel de preparo para seu exercício, como definido no artigo 205:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

II - a cidadania;

[....]

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Designação essa que toma corpo na elaboração na Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB) de 1996, e que reconhece na sociologia, assim como na filosofia, papel fundamental para exercício da cidadania (Castro, 2019).

O reconhecimento da necessidade do conhecimento das áreas de ciências humanas na formação do cidadão foi um grande passo na direção da obrigatoriedade destas disciplinas no currículo escolar. Porém a forma como estava redigida na LDB não assegurava um espaço definido para o ensino da sociologia já que conforme Oliveira:

[...] lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em que se pontuava que o egresso do ensino médio deveria ter conhecimentos de sociologia e de filosofia para o exercício da cidadania, ainda que não houvesse o estabelecimento de garantias institucionais para as mesmas existirem como disciplinas escolares no currículo. (Oliveira, 2014, p.31)

No entanto, mesmo com esse passo importante a disciplina não se consolida a nível nacional pois, segundo Sarandy (2011) embora o “discurso oficial seja claro no sentido da aprovação da presença das ciências sociais nos currículos escolares”, diversos estados brasileiros optam por uma forma pouco clara de organização modular, ou de diluição dos conteúdos da área nos programas de história e geografia.

A presença da disciplina de 1996 até 2008 é inconstante, variando conforme os entes federativos (união, estados e municípios) e seus programas educacionais, até que questionamentos sobre a obrigatoriedade da sociologia no ensino médio feitos por diversos estados, culmina no parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 38/06 respaldando favoravelmente os argumentos para presença da disciplina no currículo escolar (Oliveira, 2014). Dois anos depois é sancionada a Lei nº 11.684/08 que altera dispositivos da LDB, tornando obrigatórios o ensino da sociologia e filosofia através de todo o percurso do ensino médio brasileiro.

2.2 A trajetória estadual da disciplina

O ensino da sociologia nas escolas normais se dá de forma precoce no Rio Grande do Sul, por conta das relações dos governadores com o pensamento positivista e a disposição de colocá-los em prática como apontam Raizer e Mocelin:

A influência do positivismo foi marcante na história gaúcha, tendo forte repercussão na política e na educação. Na época do Império, a educação oferecida no RS era altamente elitizada e predominantemente tutelada pela Igreja católica. A realidade de então sofreu profunda modificação com o movimento intelectual positivista, que se desenvolveu a partir de meados do Século XIX. Os positivistas governaram o estado por muitas décadas e promoveram profundas mudanças institucionais, especialmente na esfera da educação, que passou a ter orientação republicana, com base no ensino positivista. (Raizer e Mocelin, 2015, p.7)

Já na Primeira República as escolas básicas de alguma forma ofereciam o ensino da sociologia, tendo este nome ou não, que no Rio Grande do Sul se entendia como essencial para o pensamento republicano. A inserção do componente no estado, em um primeiro momento, seguiu uma lógica diferente do restante do país, com a incorporação de valores positivistas de forma “transversal na educação (por exemplo, educação técnico-científica, cidadania) nos currículos escolares em geral e com a criação da disciplina de Moral e Cívica nas escolas,” para depois ser uma disciplina autônoma nos cursos secundários (Raizer e Mocelin, 2015, p.8).

Isso vai mudar com o início da Segunda República e suas reformas educacionais, que incluem o ensino do componente na educação nacional, alinhando o país ao estado. Agora parte de um currículo nacional o ensino da sociologia no estado também sofre com as intervenções autoritárias no país, por exemplo no Estado novo (1937) com a reforma Capanema, e com o regime militar instituído no golpe de 1964 (Raizer e Mocelin, 2015), que substitui a disciplina por outras mais alinhadas ao pensamento tecnicista do governo: Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasileira.

Antes da obrigatoriedade em “definitivo” do ensino de sociologia a nível nacional, pela lei de 2008, o Rio Grande do Sul já tinha resolução e parecer do Conselho Estadual de Educação (CEED) tratando do assunto. A resolução nº 291 de 2007 e o parecer da CEED 0322/2007 já definiam a obrigatoriedade para o ano de 2008, com dois períodos no mínimo em uma das séries, e as qualificações necessárias do professor(a) que para lecionarem este componente.

A lei nº 11.684 de 2008 foi aprovada e sancionada, diferente do que havia sido estabelecido na lei federal no estado do RS o ensino de sociologia não ficaria restrita há um ano apenas, mas seria obrigatório em todos os anos do ensino médio, com implementação gradual começando em 2009 e se estendendo até 2012.

O ensino de sociologia na rede estadual do RS seguiria presente em todo o currículo

escolar do ensino médio estadual até o ano de 2021, quando entra em vigor o Novo Ensino Médio alterando a situação.

2.3 O Novo Ensino Médio e a Sociologia

Em 2017, passados nove anos da Lei nº 11.684/08, que restabeleceu a sociologia no currículo escolar, uma reforma do ensino médio aprovada pela lei nº 13.415, mudou o cenário novamente para a sociologia e outras disciplinas. Os esforços dos proponentes do NEM, segundo suas diretrizes, são desenvolver competências e habilidades específicas que contemplem as decisões do aluno como indivíduo. A transição para essa nova proposta começa a ser aplicada em todo o país em 2022, mesmo com todos os problemas gerados pela pandemia de COVID-19, e tem como prazo final o ano de 2024.

O foco é, em teoria, numa escola menos linear baseada em habilidades e competências que permitam além das aprendizagens comuns e obrigatórias, definidas pela Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCCEM), a possibilidade de o aluno escolher e se aprofundar no que mais se relaciona com os seus interesses e talentos, por meio da realização dos Itinerários Formativos (BRASIL, 2017). O modelo adotado pelo NEM divide o conhecimento em áreas com o propósito de tornar o ensino multidisciplinar, e facilitar o desdobramento em itinerários formativos, que serão agrupamentos de componentes escolhidos pelo aluno para aprofundamento, por exemplo, o itinerário formativo das Ciências Humanas, ou Raciocínio Lógico Matemático.

O NEM traz mais tempo de ensino: no total 3000 horas nos três anos da etapa, sendo 1800 horas para o considerado básico e obrigatório, com mais 1200 horas para os itinerários formativos a serem escolhidas pelo aluno, totalizando um aumento de 25% na carga horária dessa etapa. Esse aumento no tempo de estudo se dá pela inclusão de novos componentes obrigatórios que fazem parte dos itinerários formativos, por exemplo, a disciplina projeto de vida, mundo do trabalho, iniciação científica, entre outras, assim como tempo para as disciplinas eletivas de aprofundamento que o aluno escolher.

Dentro deste modelo que divide o currículo em áreas, a Sociologia passa a ser classificada na área de Ciências Sociais e Humanas Aplicadas, no entanto como ressalta Castro (2019) sua obrigatoriedade como disciplina deixa de existir:

Essa divisão do conhecimento proposto, que por sua vez modificou parte da lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira de 1996, não contempla o ensino da Sociologia em nenhuma de suas divisões. No parágrafo segundo do mesmo artigo trinta e cinco, letra A, está claro a possibilidade do ensino de Sociologia ficar de fora dos currículos quando prescreve que a “[...] Base Nacional Curricular referente ao ensino médio **incluirá** obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, **sociologia** e filosofia.” (BRASIL, 2017, grifo nosso). A despeito da menção “obrigatoriamente” constante do parágrafo citado, não significa que a Sociologia será uma disciplina de natureza obrigatória nos currículos, pois em matéria de lei há que se prestar muita atenção nos verbos, pois verbos indicam ação. Portanto, a palavra “incluirá” não se traduz, em linguagem jurídica, de que realmente a Sociologia será disciplina obrigatória, significa simplesmente que a Sociologia poderá (ou não) ser ministrada. (Castro, 2019, p.39) (grifos no original)

Ao observar de que forma essa proposta de ensino encara o currículo escolar, como sendo “o problema” da educação nesta etapa, me associo às críticas de Habowski e Leite (2021) de que o NEM tem uma visão ultrapassada dos componentes curriculares, como recortes específicos de conhecimento, que assim bastaria achar a organização correta para que o processo de ensino e aprendizado melhorasse.

Outra visão que aponta o direcionamento problemático adotado pela reforma é o de Castro (2019), que além de questionar a forma de sua aprovação, por medida provisória e sem maiores discussões com a comunidade, ressalta não só os interesses comerciais dos grandes conglomerados educacionais, que apoiam esse modelo, mas também o que para mim seria a consequência mais perversa da flexibilização das disciplinas: o direcionamento total a formação laboral, uma vez escolhida uma “vocação” através de um itinerário formativo, com seu agrupamento de componentes específicos, se dispensaria a necessidade do estudante acessar outros conhecimentos, por exemplo as ciências sociais.

A tradução das orientações para implementação do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul se dá na construção do Referencial Curricular Gaúcho (RCG), pela Secretaria da Educação, se baseando na Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio (BNCC/EM), além das orientações, pareceres e atualizações dos órgãos do MEC (Habowski e Leite, 2021). A nova distribuição de tempo de aula dos componentes curriculares resulta em uma configuração que determina a presença de apenas uma hora-aula semanal para a Sociologia em todo Ensino Médio. A disciplina sofre ainda mais uma limitação ficando restrita nos anos de 2022 e 2023 ao 2º ano na rede estadual, conforme a portaria SEDUC/RS nº 350/2021. O tamanho do impacto curricular e da diferença no ensino médio estadual pode ser visto na comparação entre as matrizes curricular de 2021 e 2022, presente na figura a seguir:

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO (DIURNO)				
Área de Conhecimento	Componentes	1º ano	2º ano	3º ano
Linguagens e suas Tecnologias	Arte	1	1	1
	Educação Física	2	2	1
	Língua Estrangeira - Língua Inglesa	1	1	2
	Língua Estrangeira (Língua Espanhola) ^a	1	1	1
	Literatura	1	1	1
	Língua Portuguesa	5	5	5
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	6	6	6
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	2	2	2
	História	2	2	2
	Filosofia	1	1	1
	Sociologia	1	1	1
	Ensino Religioso	1	1	1
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia	2	2	2
	Física	2	2	2
	Química	2	2	2
Total de Períodos Semanal		30	30	30
Total de Carga Horária Anual		1000h	1000h	1000h

^a Matrícula facultativa para o estudante

Fonte: Portaria SEDUC/RS Nº 163/2021

Matriz Curricular				
Ensino Médio - Diurno e Noturno				
Áreas	Componentes Curriculares	Períodos Semanais		
		1º ano	2º ano	3º ano
Linguagens e suas Tecnologias	Arte	-	-	1
	Educação Física	1	-	-
	Língua Estrangeira – Língua Espanhola ^a	-	1	-
	Língua Estrangeira – Língua Inglesa	2	1	1
	Língua Portuguesa	4	3	4
	Literatura	2	-	-
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	4	3	4
	Ensino Religioso ^b	-	1	-
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1	-	-
	Geografia	2	1	1
	História	2	1	1
	Sociologia	-	1	-
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia	2	2	-
	Física	2	2	-
	Química	2	2	-
Carga Horária da Formação Geral Básica	Total de Períodos Semanais (períodos de 50min)	24	16	12
	Carga Horária Anual (horas)	800h	600h	400h
Componentes Obrigatórios	Projeto de Vida	2	2	2
	Mundo do Trabalho	2	-	-
	Cultura e Tecnologias Digitais	2	-	-
	Iniciação Científica	-	2	2
	Componentes Curriculares da Área de Aprofundamento	-	8	14
Carga Horária dos Itinerários Formativos	Total de Períodos Semanais (períodos de 50min)	6	12	15
	Carga horária Anual (horas)	200h	400h	600h
Total de Carga Horária	Total de Períodos Semanais (períodos de 50min)	30	30	30
	Carga Horária Anual (horas)	1000h	1000h	1000h

^a Componente de matrícula facultativa: caso o estudante não opte por cursá-lo, a carga horária correspondente deve ser direcionada ao Componente Língua Estrangeira - Língua Inglesa.

^b Componente de matrícula facultativa: caso o estudante não opte por cursá-lo, a carga horária correspondente deve ser direcionada ao componente de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas definido pela escola.

^c Conforme opções de catálogo de eletivas e critérios definidos para a oferta.

Fonte: portaria SEDUC/RS nº 350/2021

Figura 1: Organização da grade curricular dos anos de 2021 e 2023

Com relação ao RCG e ao NEM é importante destacar uma observação importante feita por Habowski e Leite:

Em nossos estudos, temos observado que, tanto a Lei que propõe o Novo EM como o documento do RCG, dão ênfase para uma formação mais aberta ao aluno, propondo o desenvolvimento da autonomia de forma democrática no sujeito. Entretanto, o discurso apresentado dá margem para interpretações diferentes, tendo em vista as contrariedades acerca da perspectiva curricular citada, ou seja, até que ponto as escolhas que atendam ao chamado “projeto de vida” do aluno serão efetivadas? Todos os alunos de uma mesma escola possuem os mesmos anseios de vida profissional? (Habowski e Leite, 2021, p.753).

Neste sentido devo salientar que da mesma forma que é preocupante o possível efeito homogeneizante na educação dos mais vulneráveis, que não terão, com certeza, todas as

opções de escolha que as escolas mais centrais, por uma questão básica de recursos humanos e financeiros, o modelo ainda tende a dificultar o acesso dos oriundos da escola pública as universidades, já que ao privilegiar um currículo voltado ao trabalho, que descarta as humanidades, coloca este público em desvantagem nos processos seletivos que ocorrem para o ingresso nestas instituições, que mais uma vez tendem a ficar mais elitizadas.

2.4 O sentido e a identidade da sociologia no ensino médio

É importante definir algumas perspectivas teóricas que vou usar na pesquisa e para tanto pretendo nesse trecho contextualizar um pouco da discussão sobre para que serve a sociologia, mas não no sentido epistemológico de achar seu espaço na academia, mas sim na busca de significado e sentido para sua inclusão e permanência no ensino médio.

A sociologia surge como ciência de fato no século XIX, o que torna ela bem jovem comparada às demais áreas do conhecimento, contudo “já surge com uma imagem, ou melhor representação de si, de ser ciência do conhecimento crítico e da ação transformadora, com um caráter intervencionista que irá se perpetuar até os dias atuais (Freitas e França, 2016, p.48)”. No Brasil, conforme Freitas e França, ela já chega assumindo papel relevante como forma de pensar, “com forte expectativa em relação ao que poderia contribuir para essa nova sociedade que se formava (2016, p.48)”, sendo fortemente adotada pela elite política por conta do discurso científico, quase que um culto a uma mítica capacidade da ciência de organizar e progredir a sociedade. Assim no início do século XX além dos projetos para seu ensino nas escolas secundárias, as elites consideravam seu estudo como pré-requisito na sua visão de modernidade.

O que torna seu percurso institucional no país bem incomum, uma vez que começa pelo ensino básico antes mesmo de estar nas grades das instituições de ensino universitárias.

Opto por considerar o sentido da sociologia como ciência definido por Durkheim (2007); sendo ela a ciência da sociedade não se deve esperar apenas o senso comum, da repetição da tradição, mas o desvelar do diferente naquilo que temos como normal, uma vez que o objetivo de toda ciência é a descoberta e toda descoberta atrapalha as “verdades aceitas”.

O “pai” da sociologia além de definir para que ela serviria como ciência também definiu como ela opera, através do método sociológico, do foco na coisa, que exige um

afastamento do objeto, nesse caso do fato social, que precisa ser trazido à tona de dentro da relação existente com a sociedade. Esse fato social que tem suas próprias características que o diferenciam dos objetos de outras áreas de conhecimento, e que “consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele” (Durkheim, 2007, p.3) e só se revela no espaço da sociedade, seja este político, religioso, do trabalho.

As regras do método sociológico exigem o descarte do preconceito, do trabalho dentro das normas científicas, de um olhar que desnaturaliza o mundo de relações em que vivemos, que observa, analisa e procura desvendar o que não está aparente. É uma ciência que parte da ideia para as coisas, e não o contrário (Durkheim, 2007).

Partindo destes pressupostos, o que faz da sociologia algo a ser ensinado no ensino médio? Conforme a LDB de 1996, em seu texto original, a necessidade de aprendizado deste conhecimento se daria pelo seguinte motivo:

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:
[...]
III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da **cidadania**. (grifo meu) [...] (Brasil, 1996)

A cidadania seria valor suficiente para dar sentido a mais de um século de constante disputa por espaço na educação básica do país? Não parece ter sido, pois foi necessário uma década e muita luta para que tomasse corpo como disciplina. Reduzir a presença da sociologia à preparação para a cidadania apenas limita o seu papel, este traço pode sim ser parte de seu apelo, mas não ser sua finalidade (Oliveira, 2013).

A reforma do ensino médio aprovada em 2017, lei nº 13.415, não só mudou o currículo da educação, mas também o papel da sociologia dentro dela, agora não mais um componente obrigatório, mas sim estudo e prática incorporada ao conteúdo a ser aprendido. O preparo para a cidadania, assim como para o mundo do trabalho, passou a ser papel dessa etapa como um todo:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:
[...]
II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

[...] (Brasil, 2017)

O lugar da educação para a cidadania passa a ser ajudar o educando na busca de uma ocupação ou na sua manutenção no mercado de trabalho. Sarandy (2011, p.2) já alertava para a transitoriedade do momento “não há garantia de que a obrigatoriedade se mantenha” chamando a atenção para necessidade da discussão sobre a legitimidade da disciplina para que esta não dependa apenas da lei.

Se não é ensinar ao aluno a ser um cidadão então a sociologia teria o papel de despertar o pensamento crítico no aluno? Da mesma forma que a ideia de que o aprendizado de sociologia prepararia o cidadão, a atribuição de despertar o pensamento crítico seria outra carga do professor da disciplina. Porém como Sarandy (2004) destaca:

Isto nos remete à contribuição que a sociologia pode dar para o desenvolvimento do pensamento crítico, não porque teria um conteúdo imprescindível – não devemos pensar de modo messiânico na sociologia; nem o pensamento crítico se desenvolve devido à aprendizagem de algum tipo especial de conteúdo ou disciplina. Como Gilson bem expressou, a sociologia tem a contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, ao lado de outras disciplinas, pois promove o contato do aluno com sua realidade, e podemos acrescentar, bem como o seu confronto com realidades distantes e culturalmente diferentes. (Sarandy, 2004, p.7)

Aqui já começa a aparecer algo recorrente, a sociologia como ciência envolve ensinar a olhar a realidade do estudante e dos outros. Para que serviria voltar o olhar do aluno para a sua comunidade, seu trabalho e de que forma a sociologia faria isso? Nesse sentido as Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias (OCM, Brasil, 2006) destacam que:

Entende-se que esse duplo papel da Sociologia como ciência – desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais – pode ser traduzido na escola básica por recortes, a que se dá o nome de disciplina escolar (OCM, Brasil, 2006).

Para Amurabi Oliveira (2013) essa seria a porta de entrada da sociologia no ensino médio; a desnaturalização da realidade social pelo aluno, que compreende como construção social tanto a política, a história e a cultura, e sendo assim passíveis de mudança. Isso pede que o professor traga o conhecido para ser reconhecido em sala de aula o que seria:

A explicação de um mundo já explicado, nesse sentido, não parece ser uma prática simples, pois o distanciamento primevo com relação ao senso comum, ao buscar a

elaboração de uma nova explicação para o já conhecido, precede uma nova aproximação com o mesmo ao recontextualizá-lo na realidade escolar (Oliveira, 2014, p.1027).

Mas de que forma esse olhar aprendido na disciplina seria diferente das demais? Conforme Sarandy (2004) o olhar e ouvir treinados pelas teorias da ciência possuem uma intencionalidade, e sendo orientados pela formação nas ciências sociais ajudaria a “refratar” a realidade, esse contato dos alunos com o saber sociológico, mesmo que ajustado para o ensino médio, produziria uma percepção, uma compreensão, única e diferente das demais áreas.

Isso retoma um dos sentidos da sociologia como ciência apontado por Durkheim (2007), que o descobrir desconcerta em algum grau as opiniões aceitas. O que no caso de um aluno situar essas relações sociais seria provocar um giro cognitivo (Amurabi, 2014). Momento esse que seria o ápice do processo buscado pela disciplina, quando revela ao aluno, por exemplo, teias de relações historicamente e socialmente situadas. Objetivo esse que aparece também em Sarandy (2004) onde mais do que revelar os problemas sociais, ou infinitos conceitos, o que a sociologia escolar busca é o desenvolvimento da percepção sociológica, capacidade essa de nos distanciar da nossa realidade e de aplicar um olhar comparativo, percebendo que uma visão de mundo é mais uma entre tantas legítimas.

Nesse sentido, o que a disciplina de sociologia contribui no ensino básico é com a preparação através do contato com o pensar sociológico, daquele giro cognitivo que revelará ao aluno sua capacidade de construir uma nova percepção sobre fenômenos que ele julgava conhecer completamente (Oliveira, 2014). Isso serve não só para entender o mundo, segundo Sarandy:

... a sociologia atua contra a mentalidade individualista do homem moderno. Foi com o advento da modernidade e a formação das sociedades capitalistas que a ideologia individualista se constituiu em ideologia hegemônica, fornecendo a base para as representações ainda vigentes sobre o indivíduo, as relações ou interações humanas ou a política. (Sarandy, 2011, p.10)

Entendo que a sociologia no ensino médio se diferencia das demais disciplinas pela proposta de tentar desenvolver nos estudantes ferramentas relevantes para um convívio político-social ativo: capacidade de distanciamento, desnaturalização, entendimento de sua posição como ator social na realidade que o cerca. Atributos necessários para que o/a aluna/o possa entender e combater o machismo, homofobia, racismo e tantas outras formas de

homogeneizar a sociedade que continuam presentes nos discursos do senso comum, disfarçadas de algo natural, e que ainda permanecem também na maioria das instituições.

2.5 E os professores de sociologia?

Aqui vou chamar atenção para algumas questões a respeito dos profissionais que levarão esse conhecimento sociológico para dentro das salas de aula, os professores de sociologia, como exercem a docência neste espaço ainda não amadurecido, de luta permanente por afirmação e diversos contratempos.

Algumas coisas devem ser destacadas na docência de ciências sociais, uma delas é que a maioria dos professores que dão aula de sociologia não são professores preparados ou formados para tal, como pode ser visto no Censo da Educação básica 2022⁴ (Brasil, p.37) onde constam os seguintes dados:

- 48,9% dos professores que dão sociologia são formados em outra disciplina;
- 40,7% dos professores que dão sociologia são formados na disciplina ou tem complementação pedagógica para tal;
- 4,0% tem outra formação superior não considerada nas categorias anteriores;
- 3,4% tem apenas bacharelado em sociologia, sem licenciatura ou complementação;
- 3,0 % não tem formação superior.

Somados, estes dados indicam que, aproximadamente, só um em cada três professores de sociologia fez preparação para tal. No Rio Grande do Sul os dados são muito antigos, mas nada leva a crer que sejam diferentes dos nacionais devido a política de não realização de concursos públicos pelo estado e da forma de seleção para as áreas de humanas ser peculiar, para não dizer problemática, uma vez que considera como iguais para ingresso nas “ciências humanas e sociais” tanto os diplomas de história, sociologia, filosofia e geografia. Um exemplo disso pode ser visto no último edital para contrato de professores temporários, onde tais requisitos estão presentes:

⁴ Censo da Educação Básica
2022:https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf

4. CIÊNCIAS HUMANAS e Sociais Aplicadas	4.1. Licenciatura Plena em História ou LP em Ciências Sociais
	4.2. Licenciatura Plena em Geografia ou LP em Ciências Sociais
	4.3. Licenciatura Plena em Sociologia ou LP em Ciências Sociais
	4.4. Licenciatura Plena em Filosofia ou Bacharel em Filosofia + Licenciatura Plena.
	4.5 Licenciatura Plena Ensino Religioso ou Ciência da Religião

FIGURA 2: SEDUC/RS Edital 6/2023

Os professores das ciências humanas, em especial da sociologia, têm essa peculiar situação: nada lhes garante em qual disciplina lecionará, até os acordos na instituição de ensino onde ele foi lotado se realizarem, isto quase que anualmente, ou em alguns casos semestralmente. Como no relato:

Normalmente ocorrem arranjos ocasionais, professores acabam sendo alocados, primeiramente, tendo em vista completar sua carga horária de trabalho. Disciplinas como sociologia e filosofia, de poucos períodos semanais, em geral, são as mais prejudicadas. Para ministrar apenas aulas de sociologia, os professores precisam dar aulas em muitas escolas, o que tende a desestimular o professor. Então, é recorrente observar professores que ministram sociologia e outras disciplinas. Porém, são poucos os professores formados em ciências sociais que ministram outras disciplinas, o mais recorrente é ver professores de outras disciplinas que ministram também a sociologia (Raizer e Mocelin, 2015, p.5).

Os docentes de sociologia ainda enfrentam problemas com a carga horária, que até 2021 era de um período semanal por série, algo já constatado como problemático por Raizer e Mocelin (2015) em seus estudos. Sensação que agora com o NEM deve se agravar devido à quase extinção da disciplina ficando restrita a uma hora-aula na segunda série do ensino médio apenas. O que leva a uma quebra na sequência de interações apresentado por Oliveira (2014), sequência esta que permitiria uma recontextualização do saber acadêmico da sociologia no ensino médio:

Uma vez que, estando uma dada ciência inserida no currículo como disciplina escolar ela deve considerar que este currículo é resultado da interação entre o campo da contextualização (academia, universidades etc.) de onde são recrutados pelo campo da recontextualização social (o Estado, principalmente) para elaborar documentos, referências etc., e posteriormente são encaminhados para o campo da recontextualização (escola) onde são novamente elaborados por professores na sua prática pedagógica (BERNSTEIN, 2003), prática essa que não será movida apenas

pelo conhecimento acadêmico que determinado professor possui acerca da disciplina que irá lecionar, mas sim por uma gama de saberes docentes que são mobilizados (TARDIFF, 2002), **o que se torna ainda mais notório no caso do Ensino de Sociologia na Educação Básica, já que boa parte dos docentes não possuem formação na área..**(grifo meu) (Oliveira, 2014, p.1028)

A falta conhecimento na área da sociologia afeta não só a recontextualização do pensamento sociológico, propósito maior da sociologia escolar, mas também como as aulas da disciplina são vistas pelos alunos. Se alguém da área já tem dificuldades para encontrar os sentidos e significados do componente, como alguém de fora, vindo de disciplinas onde os conteúdos apontam sentidos mais práticos, ou “úteis”, poderia traduzir o pensamento sociológico:

Nosso desafio perpassa o plano epistemológico, como já apontamos (OLIVEIRA, 2011), de modo que a docência figura como um exercício de *tradução*, no sentido exposto por Santos (2006), ou seja, o ato de lecionar, compreendido desse modo, deve buscar tornar uma lógica inteligível para outra lógica, no caso a lógica do conhecimento acadêmico e a lógica do conhecimento escolar (Oliveira, 2014, p.34) (grifo no original).

Os problemas de tradução podem ser também responsáveis pela visão de baixa legitimidade da disciplina, pois em diversos autores é possível constatar uma divisão, Sarandy (2011) classifica entre professores academicistas (apegados ao que foi ensinado na academia) e militantes (que guiam as aulas pelos seus gostos político-ideológicos). Separação que também é encontrada em Meirelles *et al* (2019) numa classificação entre novatos na profissão (que repetem na escola o que faziam na academia) e ingênuos (que permitem ou incentivam a rebeldia em trocas de opiniões em bate-papos intermináveis), em ambos os casos isso pode ser por causa da falta de treinamento nas “artes das ciências sociais”. O que escancara mais ainda a carência no preparo dos professores, sociólogos ou não, que venham a ministrar a disciplina e segundo Oliveira (2014):

temos que compreender que a dinâmica e os desafios postos para o Ensino de Sociologia na Educação Básica nos exigem uma mobilização de recursos para que as aulas desta disciplina não se restrinjam a uma grande digressão sobre a história da Sociologia e os elementos teóricos que a compõem unicamente; tampouco se coloque como um arrazoado de temáticas do cotidiano do aluno, uma vez que nem tudo que é social é necessariamente sociológico, precisamos ir para além dos dados empíricos. (Oliveira, 2014, p.1029)

A discussão sobre a sociologia na prática docente, que foi aqui apresentada, evidentemente não abrange toda a complexidade que envolve o tema, o que em síntese pode se afirmar é que os professores de sociologia precisam legitimar seu campo e espaço no currículo escolar, estabelecendo lutas para a contratação de profissionais da sociologia, disputando as vagas com outros profissionais, condenando as suspeitas sobre a “utilidade” da prática docente dos licenciados em sociologia, lutar por mais tempo de aula, reivindicar mais tempo para preparo das aulas, e não naturalizar as rotinas que giram em torno de lecionar diversas outras disciplinas ao mesmo tempo.

3. O método

Neste tópico apresento como se deu a escolha de realizar uma pesquisa exploratória qualitativa, de que forma se deu a coleta das informações que compõem a pesquisa. Além disso falo sobre os problemas e questões que encontrei no percurso do estudo.

3.1 O tempo

A relação com o tempo na elaboração da pesquisa foi no mínimo confusa, pois de fato estava lidando com três calendários diferentes ao mesmo tempo para tornar possível a tarefa. Como é possível alguém estar lidando com uma assincronia dessas? A pandemia tem parte nesta história, uma vez que a suspensão das aulas por mais de um semestre em 2020, e os procedimentos de retorno remoto colocaram a universidade em desalinho com o ano letivo do ensino básico.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para recuperar o período de suspensão tem ajustado seu calendário encurtando o espaço entre eles, diminuindo prazos, entre outras coisas, de forma que três semestres possam ser realizados no mesmo ano. O que fez o primeiro semestre de 2023 começar apenas em 15 de maio, tendo o término em 19 de setembro, e o início do segundo semestre de 2023 em 09 de outubro com término em fevereiro de 2024.

É importante explicar a disposição dos dias na pesquisa, pois isso ajuda a justificar algumas escolhas que fiz no método. Trabalho em uma escola da rede municipal de Gravataí, então preciso lidar com o seu calendário escolar, porém como faço parte da UFRGS também preciso lidar com o tempo assincrônico da universidade, e por fim meu objeto de estudo se encontra na rede estadual de ensino com seu próprio calendário. Um exemplo desse problema pode ser visto no recesso escolar, enquanto a pausa dos alunos na rede municipal começa dia 24 de julho e acaba em 03 de agosto, a da rede estadual começa dia 19 julho e vai até dia 30, na universidade não houve. Da mesma forma afeta o estágio acadêmico obrigatório que estou fazendo em uma escola Municipal, por conta do período mais enxuto do semestre atual.

Os horários limitados, o público específico da pesquisa, os calendários diferentes e

conflitantes em alguns momentos foram o guia para as opções iniciais do estudo e acredito que influenciam muito nas observações feitas.

3.2 Idas e vindas

No início a ideia era de uma pesquisa exploratória quantitativo-qualitativa, por conta do pouco tempo disponível para ir às escolas do município de Gravataí, já que trabalho durante o dia e tenho duas noites ocupadas com disciplina e estágio obrigatório da UFRGS, desta forma me organizei para realizar a maior parte do processo online. A opção por uma pesquisa exploratória se dá pelo fato de que o acontecimento que gerou o tema do estudo é recente, a implantação do NEM, e meio de estudar que escolhi é: conhecer através de um público-alvo (professores de sociologia das escolas de Gravataí) suas opiniões e o que pensam sobre o novo modelo de ensino aplicado ao país, além de sua situação perante o mesmo

Para fazer o estudo com os professores de sociologia das escolas estaduais do município, entrei em contato por e-mail com a 28ª CRE do estado, que é a regional que atende Gravataí, nesta busca consegui a informação da quantidade de estabelecimentos de ensino médio e do número de professores alocados no componente de sociologia na rede, não consegui descobrir, no entanto, quantos licenciados em sociologia fazem parte da rede estadual.

Este dado quantitativo foi um passo inicial muito importante, já que serviria tanto para coleta de dados, quanto para primeiro contato com possíveis professores a serem entrevistados, além de ajudar a compor as entrevistas semiestruturadas da parte qualitativa. Solicitei apoio na distribuição de um pequeno questionário, elaborado na plataforma Google para a 28ª CRE, mas houve apenas encaminhamento para o setor da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC/RS) que deveria liberar tal ação. Tendo as informações fornecidas pelo Estado, e o *e-mail* de contato das escolas, e sem retorno sobre meus novos questionamentos ao Estado, enviei o questionário em 28 de junho para a direção das escolas solicitando ajuda na divulgação de todas as formas que pudessem. Recebi *feedbacks* sobre isso de algumas direções, que me garantiram terem espalhado pelos seus meios de comunicação o questionário.

A construção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi enviado como parte das perguntas foi algo desafiador, refiz diversas vezes, uma vez que se não ficasse compreensível e fácil de ler o suficiente o bloco de texto poderia espantar quem fosse

preencher os dados, um fato a mais da burocracia que o pesquisador enfrenta. No entanto, ajudou muito na construção do termo usado para as entrevistas semiestruturadas realizadas a posteriori.

A ideia de poupar tempo com a pesquisa quantitativa online não deu certo, passados mais de duas semanas o questionário não foi eficiente, coletou três preenchimentos de professores de fora da rede de Gravataí, professores que não lecionam sociologia. Sendo assim acabou por não contribuir para a minha pesquisa.

A alternativa foi entrar em contato via telefone com as escolas, mas informações pessoais não são uma coisa que a rede estadual costuma passar, tenho experiência com isso por ser secretário de escola, e foi o que de fato constatei. A solução foi passado o período de recesso escolar estadual, buscar pessoalmente nas escolas estaduais contato junto aos professores que estivessem ministrando a disciplina de sociologia. Antes do recesso havia tentado algumas escolas com turno noturno no caminho do trabalho, mas sem sorte, ou por falta de professor na disciplina, ou seja, ninguém estava ministrando Sociologia nestas escolas, ou porque só voltariam depois do recesso. Mais uma vez “surgiu” na minha busca a questão de calendários diferentes.

3.3 Os professores

Após algumas andanças por escolas da cidade, em que consegui apenas conversas rápidas com docentes sempre apressados, e que resultaram em *e-mails* e contatos de mensageiros instantâneos (*whatsapp, messenger, etc*) para envio das perguntas, que, nunca foram respondidas, enfim agendei algumas conversas pessoais que prometiam ser promissoras.

Localizei nas escolas da região central de Gravataí três professores para entrevistar, graças a cooperação das equipes diretivas após explicar minha situação, reação que em nada lembrou o tom burocrático da 28ª CRE por *Email*, ou os contatos com as escolas por telefone. Combinei com os professores e a direção os melhores dias e horários para a entrevista. A situação adicionou para além dos critérios de público-alvo já estabelecidos, professores de sociologia da rede estadual de Gravataí, o quesito de disponibilidade, que limitou muito o número das entrevistas e dados possíveis.

Enfim, realizei uma entrevista semiestruturada⁵ de aproximadamente trinta minutos com cada professor em sua escola, foram feitas na primeira semana de agosto, em salas disponibilizadas pelas direções. Todas as entrevistas foram gravadas através de aparelho celular com o consentimento verbal dos entrevistados e com a assinatura prévia por estes do termo de consentimento livre e esclarecido⁶. Tentei ficar dentro dos temas estabelecidos pela pesquisa, o que ocorreu na maior parte do tempo, mas desvios na conversa acredito que são parte da experiência e de certa forma contribuíram com informações interessantes sobre o que pensam os entrevistados. Apenas um deles pediu para interromper a gravação enquanto tocava em um tema que considerava sensível, o que evidentemente foi acatado.

⁵ A folha com as perguntas está disponível no anexo.

⁶ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pode ser encontrado no anexo.

4. Dados e Análise

Neste tópico exponho de forma analítica, os dados coletados, que estão organizados através de tópicos, que considero relevantes, pois apareceram nas falas dos entrevistados. Estes tópicos constam nas entrevistas com os professores comparadas assim como alguma contextualização quando necessária.

Os participantes, que de agora em diante vão receber a denominação participante 1 (P1), participante 2 (P2) e participante 3 (P3), tem todos mais de 10 anos de experiência na docência, são dois homens e uma mulher, todos com mais de 40 anos de idade que atuam exclusivamente na educação Estadual, com formação superior em mais de uma área e larga experiência com a disciplina de sociologia. Os dados mais detalhados podem ser vistos na tabela abaixo:

Tabela 1: Dados dos participantes

PARTICIPANTE	TEMPO LICENCIATURA	FORMAÇÃO PRIMÁRIA	EXPERIÊNCIA SOCIOLOGIA	GÊNERO
P1	14 Anos	Licenciatura em Sociologia	14 anos	Mulher
P2	17 Anos +	Licenciatura em História	10 anos+	Homem
P3	20 Anos+	Licenciatura em História	10 anos+	Homem

O que se constatou é que os participantes das entrevistas são qualificados para a docência, contando com mais de uma formação específica, um dos participantes além de ser formado em história é formado em artes, com licenciatura curta em história e geografia, o segundo formado em história tem também formação em filosofia e geografia, e a que cursou sociologia ainda concluiu matemática e empreendedorismo, tudo isso fora os cursos de pós-graduação ao longo dos anos. Isso pode ser de alguma forma reflexo da rotina de aulas e conteúdo que estes professores encaram no seu dia a dia. Interessante notar que dois deles,

mesmo dando a tanto tempo sociologia, não optaram por se aprofundar no tema através de formação complementar.

Para poder distribuir melhor as falas e as analisar de forma mais apropriada tudo que foi aparecendo durante nossas conversas, que mesmo com as perguntas elaboradas de guia foi além do que estava no papel, e se espalhou por um pouco de cada uma das vidas desses professores, assim optei por separar as respostas por tópicos.

4.1 Visões sobre o Novo Ensino Médio

Uma das questões que norteou as entrevistas foi se de alguma forma a nova distribuição de disciplinas do NEM alterou a rotina dos professores, pois uma vez que sociologia perderia espaço eles tenderiam a ser realocados dentro das escolas. Os três professores foram unânimes em dizer que a nova disposição não alterou suas rotinas escolares, pois ela já era muito compartimentada, como pode ser visto nos dados sobre as disciplinas que lecionam atualmente:

Tabela 2: Componentes por participante

	COMPONENTES	CARGA- HORÁRIA
P1:	Sociologia, filosofia, ética nas organizações, empreendedorismo	40 horas
P2:	história, geografia, filosofia, sociologia e projeto de vida (em outra escola)	40 horas
P3:	artes, ensino religioso, filosofia, sociologia, história, geografia, iniciações científicas	40 horas +

Algumas falas apontam para as dificuldades de enfrentar tal rotina escolar, com carga horária tão fragmentada, o participante dois, por exemplo, considera que “O ideal seria ministrar uma única disciplina porque tu terias tempo; tempo de sobra para, digamos assim, se aprofundar de cabeça, estudar, pesquisar, sabe, e se preocupar com aquilo ali”. O que corrobora Oliveira (2013, p.32) ao alertar que “a existência da sociologia *per se* não implica num impacto estrondoso sobre a realidade do ensino médio, em especial, se considerarmos o cenário de contínua proletarização do trabalho docente, tornando a dimensão intelectual e criativa residual na prática dos professores da educação básica.” Esta afirmação encontra eco em mais de uma das falas durante as entrevistas.

A participante, P1, apresenta uma constatação importante sobre a compartimentação da grade escolar no nosso modelo de educação:

P.1 Mas eu posso te complementar? Isso nunca foi diferente. Então coloca isso no teu trabalho.
Isso nunca foi diferente porque quando tu entras no Estado, seja você concursado ou não, você assume pra você ficar em apenas uma instituição ou em duas instituições educacionais, você assume todas as disciplinas da área de ciências humanas. Você dá religião, você dá projeto de vida que é nova, você dá geografia, história...

Isso remete a perspectiva de Raizer e Mocelin (2015) sobre os arranjos ocasionais, que não parecem tão ocasionais assim, para preencher a carga horária que afetariam as disciplinas com menos tempo de aula. Esses arranjos poderiam ser uma das justificativas da quantidade de formação pedagógica adicional dos professores, uma vez que se qualificariam para dar mais disciplinas preenchendo mais facilmente os seus horários.

A participante um faz um relato contundente sobre a situação em que se encontram professores de sociologia atualmente:

P.1 Segundo as dificuldades então agora da sala de aula, são um período só para você completar 40 horas você precisa ter 32⁷ cadernos chamados para você ter 32 cadernos chamados você precisa ter 32 turmas 32 turmas é desumano, é desumano para um profissional porque são 32 cadernos chamados. São 32 questões diferentes, de avaliações diferentes, de entendimentos diferentes, de séries diferentes pra ti trabalhar, pra ti ter uma carga horária de 40 horas com ele.
Ou tu dá tudo, aí também, daí tu vai ter que fazer planos de aulas diferenciados, é muito difícil. Dar aula nesse contexto é muito difícil, isso nunca fugiu da realidade. É o que vai ser feito agora.

Na visão do participante dois, P2, um dos objetivos do NEM remete a precarização do trabalho docente citada anteriormente por Oliveira (2011), onde:

P.2: Tu tem 30 trilhas, mas tu tem pessoas formadas, pensou?
Claro que há quem diga que por trás disso aí o que pode acontecer?
Opa! Chega-se à conclusão de que 80% das escolas estaduais não têm professores qualificados para dar determinada trilha. Então vamos chamar a lista de abreviada, vamos chamar um engenheiro para dar projeto de vida, vamos chamar um arquiteto para dar...
Você está entendendo como funciona a coisa?

⁷ A LDB garante aos professores um período reservado para formação, preparo e de reuniões fora da sala de aula e sem educandos. Esse tempo ganhou o nome de hora-atividade e representa um terço do total da carga horária, no estado do Rio Grande do Sul, e em diversos municípios isso gira em 4 horas para cada 20 horas, mesmo contrariando a legislação federal.

Então aos poucos você começa a iniciar um projeto de privatização das escolas. Porque se chega à conclusão de que... Esse processo de trilhas está sendo proposto, trabalhado por pessoas que não têm qualificação.

Quando questionados sobre a implementação do NEM, as respostas apontam na direção do entendimento de que fora imposto de maneira autoritária e por quem não vive o chão da escola, reforçando as críticas presentes em Castro (2018) quanto ao uso de medida provisória para efetivar o projeto:

P.2 O processo na verdade isso aí depende de partido, depende de escola, depende de professores, só que na verdade ele deveria ter sido... democratizado de que forma a sociedade deveria ter tomado conhecimento, ela deveria ter sido feita as audiências públicas, não fechadas, tipo no Congresso Nacional, na Câmara dos deputados, feita as audiências públicas, não fechadas, tipo no Congresso Nacional.

Isso é, na verdade, esse projeto do Novo Ensino Médio, ele vai ser colocado em prática de uma forma, digamos, até antidemocrática, meio autoritária pelo Michel Temer. Ele vai aproveitar essa brecha.

Primeiro que ele não foi eleito no caso como presidente, ele não se sentiu responsável. Ele estava cumprindo o mandato tampão, então basta ver que ele vai desconstituir todo o, se eu não me engano, o Conselho Nacional de Educação. Ele vai pegar pessoas que comungavam com a ideia, com as ideias dele. Na época, vai fazer a coisa meio que na marra, como se fosse um autocrata, porque na verdade é um cara que nunca teve compromisso com a democracia.

....

Simplemente foi colocado, foi ajeitado, foi imposto, se acelerou o cronograma e o governo esse que acabou sucedendo, o do seu Michel Temer (Governo Bolsonaro) não questionou isso aí, simplemente foi a toque de caixa.

P.3 agora nesse na tua pergunta nós não somos preparados como é esses programas do governo simplemente chegam colocam e diz olha é isso aqui que a gente quer agora não tem sentido não porque que não fizeram uma preparação antes para depois lançar o projeto.

....

Diz, novo ensino médio. Foi isso que eu te falei.

Foi colocado, como se diz, na goela abaixo. Não eles não planejam esses sistemas que inventam, assim, esses modos de operação da educação são muito impositivos. Não deveria ser assim, se querem apresentar isso aí teriam que ter discutidos com todos os professores, teria que ter a classe unida, começar os fóruns de discussão, seminários, discussões para depois implementar. Esse é o equívoco do plano.

Quem sabe pode até ser uma coisa boa. Poderia ser.

O que chama atenção para um problema no ciclo de (re)contextualização do conhecimento da ciência para educação (Oliveira, 2014), que passaria pela academia, pela política e, por fim, chegaria na sala de aula. Não haveria um reconhecimento do operador final; o professor, da legitimidade ou da participação da academia na elaboração dessas diretrizes educacionais depois de modificadas pela política. O que enseja uma desconfiança na aplicabilidade do que é pedido.

Quando questionados sobre a reforma em si, quais seriam suas opiniões, em sua maioria elas foram negativas, algumas reconhecendo a necessidade, mas questionando a forma, como o caso da participante um que está envolvida com a parte técnica do ensino:

P.1: Precisa da reforma? Precisamos de uma reforma sim. Mas jamais excluir nenhuma das disciplinas, porque todas elas formam um estrato do ser humano. Não existe. Não existe como. Então dentro da reforma do ensino, o ensino tem que mudar. ele tem que dar a opção técnica porque existe uma relação de pesquisa que diz assim: conhecimento técnico é igual a maior renda da população.

Outros apontam que não existe algo de concreto no novo ensino médio, não sendo necessárias as mudanças que foram feitas no currículo:

P.2: Mas o que eu notei isso aí? A princípio para mim é uma forma sem função. É como se tu abrisse o amendoim e dentro desse amendoim não tivesse nada. Eu estou querendo dizer que não havia necessidade disso aí. As próprias disciplinas em si, por exemplo, tem um tema que tem matemática financeira. Você já viu isso na aula de matemática. Então, em outras coisas, tem biologia, vê isso e não aquilo.

P.3: Esse novo ensino médio tenta fazer algo, eu vou dizer, parece até fantasioso, sendo que o ponto que eles estão focando num ponto errado. Mas eu vejo isso aí, se fosse focado no ensino médio, leitura em todas as disciplinas... Seria muito melhor que um programa desse que nem essa coisa de trilha, ele ficou, sei lá, uma coisa gigantesca que a gente não consegue entender. Esse novo ensino médio. Essa proposta deles.

O argumento dos participantes é de que o conjunto de componentes que existiam antes, já contemplavam tudo que a reforma traz nas disciplinas novas como projeto de vida, Mundo do trabalho e outras

P.2: Então essas disciplinas que eles criaram aí fazendo projeto de vida, mundo do trabalho, tudo isso aí já estava inserido ou na sociologia ou na filosofia. É claro que o modo como você vai trabalhar não é a mesma coisa. A gente sabe que o trabalhar, o pensar, ou questionar, a razão, quando você começa a questionar a sociedade, você questiona a sociedade como um todo. Aí você vai questionar a política. Provavelmente não é bem isso que eles querem.

4.2 O ensino das disciplinas e de sociologia

Quando questionados sobre qualidade do ensino das disciplinas no novo formato as respostas descrevem uma preocupação não só consigo, mas com a qualidade do ensino dos alunos:

P1. Muito deficitário porque todas saíram perdendo.

Todas as disciplinas, eu que não trabalho com a interdisciplinaridade⁸, que estou vendo por que é muito picado. Como a gente aprende dentro da administração do poder do foco, você tem que direcionar foco para ter resultado.

É tudo muito picado, então o aluno não tem foco. Entra e 50 minutos é matemática; matemática perdeu o período, português perdeu o período, biologia perdeu o período, química então perdeu o período, porque daí entraram outras disciplinas no lugar, que a gente ainda não conseguiu entender, ainda não temos professores em algumas. Todo mundo saiu em prejuízo porque falta compreensão, falta estrutura.

Continuando na mesma linha, a participante um resalta um cotidiano que parece não ter mudado desde que relatado por Raizer e Mocelin (2016) sobre como muitas vezes o período de sociologia era usado como extensão do componente oficial de outro professor:

P1. E outra, tu pegas a professora pior ainda, pior ainda. Chega professor de matemática dando sociologia para completar a carga horária.

É um crime. É um crime porque ele não entende nada do que ele faz.

Ele traz folhinhas de matemática para dar.

Quando a conversa se dá com os outros dois professores as respostas variam, mas apontam para o reconhecimento que não é possível dar uma boa aula sem o devido preparo:

P.3: Não é possível mesmo, não é pelo fato de que tu não foste preparado... O meu curso foi História, embora o meu percurso de vida tenha sido outro, porque eu tenho a artes no meu percurso, antes de fazer o curso de História, eu tinha artes, literatura, que o já gostava bastante e sempre fui muito Interessado por tudo.

Então, a questão do interdisciplinar, eu já na hora que chegava na sala de aula e eu já tinha um interdisciplinar ali.

E a gente vê o que, chegam assim no professor, tá aqui ó, vai dar, que nem eu, deram iniciação científica pra mim, porém eu, eu sempre gostei da ciência, eu sempre gostei disso aí, da vida, de cientistas e tudo.

Então, para mim, da história, a história que tem essa visão igual, quando nós estudamos sociologia, que tem a parte da antropologia, para mim foi fundamental a antropologia para entender os processos.

A solução de todos os professores para melhorar a qualidade das aulas parece ter sido fazer novos cursos de formação em plena docência, licenciaturas plenas ou curtas, nas áreas em que estes tiveram que se aventurar para viabilizar a permanência em apenas uma ou duas instituições. Então o preparo aqui pode ser entendido como além dos planos de aula e material diário ter que fazer uma complementação formal naquele universo.

⁸ P1 em outro momento da entrevista cita que trabalha com projetos, mas não costuma fazer isso de forma interdisciplinar com os colegas pois estes não costumam saber como integrar suas disciplinas. E que assim consegue focar no que quer trabalhar com os alunos.

Os professores entrevistados não só apontaram problemas com as disciplinas mas também com os itinerários formativos, aqui referidos como trilhas; foi destacado por todos a falta de escolha por parte dos alunos, mesmo quando um dos lemas da reforma é atribuição de maior liberdade para formação dos estudantes, este não se concretiza:

P.2: ... então tipo assim, já se deu, tipo, vamos pegar, exemplo, seis trilhas, o aluno escolhe aquele que ele gostaria de fazer, mas não necessariamente que ele vá fazer, depois daquilo ali.

O que ele vai fazer? Primeiro, o aluno vai se questionar, só um pouquinho. Trilhas, aprendizagens, conhecimento, isso e aquilo. Só um pouquinho.

Mas já está me dando uma coisa pronta.

Qual o meu caminho? Mas ele já está pronto. Mas ele não pode. É tu que tem que construir o teu caminho.

A tua existência só tem sentido se tu a criar.

Se tu trilhares essa existência, quando os outros começam a criar tua existência, Não, tu não vale, só vale é que tá aqui. *(que não pode montar os caminhos, apenas votar para escolher as opções da escola)*

Ela já veio pronta? É isso. É uma coisa engessada.

P.3: Eu senti isso, eu sinto isso neles. Eles já têm os interesses deles, a trilha não tem como um efeito, vamos dizer assim... sólido né, ah, estamos numa trilha, que legal, entendeu? Ah, não sei, vou fazendo, um ou outro, tá fazendo isso aí, ó, não tem isso, não vejo isso.

Mas eu vejo isso aí, se fosse focado no ensino médio, e leitura em todas as disciplinas...

Seria muito melhor que um programa desse que nem essa coisa de trilha, ele ficou, sei lá.

Isso retoma um alerta “até que ponto as escolhas que atendam ao chamado “projeto de vida” do aluno serão efetivadas? Todos os alunos de uma mesma escola possuem os mesmos anseios de vida profissional? (Habowski e Leite, 2021, p.753)”. O que traz à tona a questão dos impactos destas mudanças no futuro dos alunos, dos professores. A professora licenciada em sociologia, a participante um, já pontua os dois maiores impactos para ela:

P.1: Olha, pra mim tem impacto, por exemplo, *(primeiro impacto)* se eu for dar a aula de sociologia, não tem mais.

Segundo impacto, o pensamento crítico do aluno.

O aluno não desenvolve mais pensamento crítico.

....

E assim, então o aluno perde. Perde com essa uma, com uma, com um período. Apesar que eu sou contra o período. *(aqui ela se refere ao modelo antigo com um período semanal em todas as séries)* Um período de sociologia.

É muito pouco. Um período não faz nada.

A questão continua quando os professores questionam aquilo que o estudante vai ser prejudicado de imediato: o conteúdo. A redução da presença de sociologia, coisa que as

escolas particulares não teriam segundo eles, faria com que os alunos de escolas públicas deixem de ter determinados conteúdos cobrados para entrada em instituições de nível superior, por exemplo o Exame Nacional de Ensino médio (ENEM), “então eu não vou ver um Durkheim, não vou ver de repente qualquer autor. Só que isso aí vai ser cobrado no ENEM (P2)”. O que seria uma desvantagem para quem vem da rede pública.

Não só isso, P1 destaca que com essa mudança no currículo, cheio de disciplinas com períodos reduzidos os alunos não têm foco, que entre a chamada e ajeitar a turma, “nós viramos professores de Títulos”:

P1: Nós somos professores de títulos. Tu vens, tu dá o título, tu explica, tu faz o teu melhor. dentro da situação que a gente tem agora, porque é um período. Todas as disciplinas estão assim.

Isso remete a algo que Castro (2019) traz em seu texto quando ressalta, segundo ele, a perversidade do novo modelo que nega um ensino de qualidade e como consequência o acesso ao ensino superior para a maioria dos adolescentes das classes pobres.

O participante dois, que já leciona projeto de vida, faz uma análise sobre o porquê de não ser necessário o novo componente, que ele tem vivenciado neste ano:

P.2: É uma coisa louca.

Ou seja, vamos pegar um exemplo do projeto de vida. Quando tu trabalhas em sociologia, no primeiro, no segundo, no terceiro, no início, no médio, ali tem o projeto de vida. Ali tu tá trabalhando na sociedade, tá trabalhando no homem, tá trabalhando na família, tá trabalhando na escola, tá trabalhando na igreja, tá trabalhando no público, tá trabalhando nos amigos.

Outra coisa, tanto na sociologia quanto na filosofia, trabalha as virtudes, trabalha a paciência, a tolerância, a vontade, o amor ao próximo, construção de uma sociedade igualitária, uma sociedade justa.

Tudo isso aí tu tava trabalhando já nessas disciplinas.

Opinião que a participante um compartilha apontando o problema do componente projeto de vida e a solução para a carga horária reduzida de sociologia:

P.1: reduzir o período de projeto de vida porque eu preciso saber quem eu sou, mas eu não preciso ficar os três anos descobrindo, repensando, repensando, repensando, repensando quem eu sou e aumentar os períodos de sociologia e aumentar os períodos de filosofia. Eu acredito que são importantíssimos os dois (*componentes*) têm que andar juntos, não tem, não são coisas totalmente distintas, não existe essa compensação, não existe de forma alguma (*aqui ela se refere a trazer conteúdos de filosofia e sociologia para dentro da disciplina projeto de vida*).

Ao perguntar a importância da sociologia na escola as respostas vão das mais simples às mais elaboradas, o participante dois acredita que a disciplina é importante pelo seu conteúdo capaz de questionar a sociedade, algo que os políticos não gostariam, além de ajudar no mercado de trabalho. O participante três considera a sociologia importante pela relevância social e política, capaz de dar conteúdo para debates, como ele teve em uma de suas aulas ao abordar religiosidade, migrando para controle social e revolução do proletariado, um assunto que durou diversas aulas. Para o participante um, baseado nos acontecimentos de sua vida, ela diz que quando teve contato com as teorias na faculdade, que escolheu por acaso, isso lhe abriu os olhos, e da mesma forma a disciplina na escola serviria para formar o pensamento crítico do aluno:

P.1 Ela serve para te alargar o teu campo de visão.

Tu consegues entender tudo, porque se tu não és um cidadão crítico, se tu não és uma pessoa crítica, que consegue observar tudo... você fica apático, não sabe onde quer chegar.

O aluno que não desenvolve mais pensamento crítico. Fica sem ação, tudo tá muito bom, fica aquele indivíduo sem ação ali, que não... que não tem um pensamento, ele não sabe nem esse jeito.

O pensamento crítico dele é conseguir olhar para todos os lados, encontrar críticas em todos os lados.

Começa pelo poder de decisão. Tu só consegues ter poder de decisão quando consegue analisar as coisas de forma crítica.

Interessante notar que os professores atribuem a sociologia os aspectos de conhecimento como direitos trabalhistas, humanos e políticos, o participante dois relata em uma de suas falas um exemplo de como isso sai da sala de aula, o que reproduzo:

P2. - Um dia um aluno disse;

Aluno – bah professor eu repeti sua fala para o meu patrão e ele ficou indignado.

Professor – Como assim?

Aluno – É, ele me sacaneou nas horas extras e eu disse pra ele.

Escuta aqui cara, ninguém gosta de ser enganado. Exceto que não saiba que está sendo enganado. E eu sei que o senhor está me enganando. E eu quero o meu direito.

Patrão – Mas que fala essa, cara? Quem inventou isso aí?

Aluno – Ah, foi meu professor.

Nessa questão em específico constatei que apesar de nenhum dos professores(as) mencionarem a pesquisa ou o método científico como parte da importância da disciplina, mesmo que estes itens estejam nas justificativas oficiais da disciplina, da mesma forma nem desnaturalização ou estranhamento são citados, apesar de que estas últimas são descritas em suas práticas pedagógicas, talvez não sejam reconhecidas pelos seus nomes.

Um tema que foi destacado pelos participantes foi o quanto a leitura e interpretação de texto são essenciais para a sociologia, para criação de um pensamento crítico. O participante dois se preocupa em esclarecer que mesmo não sendo conservador, associação interessante, acredita que a aula de antigamente era melhor, pois tinha muito foco na leitura, pois segundo ele é “a partir da leitura é que vai acontecer a questão da interpretação, a questão do conhecimento de mundo”. Algo que é reforçado pelos demais em suas falas:

P.1 Português, português, português, português, português.
Um ano. Tá sabendo ler? Tá alfabetizado? Faz o mapeamento de um texto difícilimo. Então agora nós vamos para o contexto de ciência humana. Porque se o aluno não conseguir ler e interpretar ele não consegue entender a ciência.

P.3 Há alunos que mal sabem, no terceiro ano de ensino médio, ler e escrever. E quando eu falo ler e escrever, não estou dizendo apenas para ler. O aluno não sabe ler e muito menos interpretar aquilo que ele está lendo. O aluno sequer sabe fazer uma redação, o aluno sequer sabe o que é uma resenha. Não que aquilo não tenha sido passado pra ele. Talvez o modo como foi trabalhado, o termo como foi trabalhado.

Todos de alguma forma se queixam da qualidade do conhecimento dos alunos em leitura e interpretação de texto. O mínimo esperado do sistema educacional nessa fase da vida do aluno era o domínio dessas atividades. Para a disciplina em questão Meirelles *et all* (2019) destaca a importância dessas habilidades uma vez que “a leitura em uma aula de sociologia aparece não como uma possibilidade, mas como uma necessidade”. A falta desse preparo pode ser motivo de desinteresse dos alunos e dificuldades pedagógicas por parte dos professores em suas atividades.

4.3 A prática de ensino e como a sociologia é vista pelos alunos

Enquanto falávamos sobre o tema do interesse dos alunos nas aulas de sociologia, a questão das práticas de sala de aula surgiu naturalmente em nossas conversas. Os professores foram falando sobre suas experiências e como procuravam abordar a importância da sociologia em sala de aula, a participante um, por exemplo, relata que traz a realidade do dia a dia para os alunos, mas que como acredita que os alunos não têm compreensão completa da realidade tenta simplificar o que dá. O que ecoa a fala de Oliveira (2013, p.35) de que “lecionar sociologia não é apenas ensinar considerando o contexto, mas trazer o contexto para a sala de aula como assunto a se debater”. Argumento repetido pelos demais autores presentes

neste estudo.

A (re)contextualização dos conhecimentos acadêmicos na realidade do aluno toma formas diferentes, como relata o participante três, com uma abordagem mais convencional:

P3. Então, o que eu apresento? Apresento sempre todo do mesmo que tem que ser dado, o início para eles saberem o que é sociologia, como surgiu, e daí sim, daí vou colocando algumas ideias de outras teorias.

Por quê? Porque eu, como já dei aula de desenho em violão, eu parto do princípio que eu tenho de ser do simples para o complexo. Não adianta tu chegares e colocar um monte de ideias.

A pesquisa como prática pedagógica aparece em alguns relatos, mas sempre acompanhada de ressalvas quanto a sua imprevisibilidade quando aplicada em diferentes turmas, assim como quanto à disposição dos alunos de participar das atividades. Nesse quesito os professores citam que a pandemia parece ter acentuado uma certa indisposição dos alunos a práticas em sala de aula:

P1. A pandemia vai trazer impacto para os próximos 15 anos.

Isso. Essa deficiência que a pandemia trouxe, diante da educação, vai levar 15 anos para ser resolvida.

Assim, né? Não está sendo tratado agora. Os esforços aparentemente não estão sendo realizados, ou os esforços estão muito fracos para recuperar estes estudantes.

Esses impactos citados remetem a um atraso no aprendizado de quase dois anos, mesmo com o ensino remoto, além disso os professores relatam uma certa imaturidade no comportamento dos alunos que prejudica tanto na sala de aula quanto na socialização em ambientes institucionais.

Quando entro no tópico de como as aulas de sociologia são trabalhadas de forma mais específica acabamos incorrendo nas observações sobre como os professores enxergam a interação dos alunos com o componente de sociologia. O relato do participante dois mostra sua abordagem nesse quesito:

P2: Qual é o teu papel dentro da sociedade? Esse é o que eu questiono dentro das aulas de sociologia. Digo, minha amiga, eu não vou te cobrar nada do que eu estou te passando em sala de aula. Quem vai te cobrar o conteúdo de sociologia é a sociedade. Eles é que vão te cobrar. Porque não adianta conteúdo, porque a verdadeira aula de sociologia, ela vai ser utilizada, praticada e cobrada lá fora. Aqui eu te cobro uma lição, tu podes fazer ou não, não tem problema nenhum. Agora lá fora a sociedade vai te cobrar uma lição. Não quero fazer bom, as consequências vão

ser imediatas.

Aqui tu podes enrolar, manipular, aqui tu ganha uma nota alta ou não, lá fora não. É esse o papel da sociologia. O papel do ser humano é transformar, ele pode mudar. Essa é a ideia.

A forma como o entrevistado descreve sua prática no contexto do ensino, lembra muito a forma utilitarista como as ciências são cobradas em escolas de ensino fundamental, até mesmo de como elas eram cobradas na minha época de escola, em forma de ameaça, imposição, bem diferente do que prega a pedagogia dos dias atuais. E que a princípio os entrevistados procuram não reproduzir.

Aqui vale destacar o que Sarandy (2004) traz sobre a essência das ciências humanas, de desenvolver o pensamento crítico, sem nenhuma utilidade aparente ou dimensão prática. Ou seja, as ferramentas apresentadas pela sociologia escolar, não deveriam ganhar a conotação de necessidades do dia a dia, até porque não se pretende transformar o aluno em sociólogo.

Apesar de não haver um questionamento por parte dos professores sobre o benefício do ensino, ou do papel da escola, que seria de mudar, lapidar, preparar para a “cidadania e o mundo do trabalho”, há experiências que os fazem questionar seu trabalho. O participante dois, quando falando destas questões, relata que:

P2: E eu vou te dar um exemplo, há uns 16 anos atrás, quando eu estava no município. E eu dei aula de História. E aí eu comecei a questionar o que era certo e o que era errado.

Se eu não me engano era sobre o colonialismo, questão de escravidão e tudo mais, questão de exploração do homem pelo homem e tudo mais.

E aí, à tarde, dois alunos que estavam presentes na sala de aula, que falei de uma sociedade justa e igualitária, que tinha que ser bom ajudar o próximo.

Dois alunos não foram assaltar um supermercado?!

Quer dizer, qual é a leitura que eles fizeram da minha aula?

Nenhuma, não é uma aula inútil. Para eles não serviu aquilo ali.

Ainda há o fato de que para além das dificuldades inerentes da escolarização do conhecimento, o que requer um mínimo de habilidades desenvolvidas na escola, de tempo para seu desenvolvimento, existe a questão de como os alunos consideram este conteúdo. A participante um traz um contexto sobre sua realidade narrando a sua trajetória com a disciplina de sociologia que vale ser acompanhada por inteiro:

P.1 Fiz a Sociologia porque no momento que eu estava eu queria fazer um curso superior, era o que a casa oferecia, como diz o outro, e eu fiz.

E aí eu acabei me apaixonando por ela. Não consegui gostar dela enquanto sala de aula.

Por quê? Não pelo conteúdo. Mas como os alunos veem a sociologia e filosofia. O aluno perdeu a maturidade, ele acredita que a sociologia não serve pra nada.

Fui trabalhar na EJA, mudei o foco do público-alvo, que eram alunos do médio, fui para EJA e aí lá ficou diferente na sociologia e filosofia.

Lá todo o conteúdo que eu conseguia pegar na mão, eu conseguia *linkar* com sociologia e filosofia. Dali tudo era questionado e tudo apresentava uma teoria em cima do comportamento social.

Eles (*alunos do ensino médio normal*) não levavam sério, eles não têm carinho e apreço pela sociologia e eles acreditam que a sociologia não serve pra nada.

Nós temos dificuldades de conseguir fazer com que o aluno se interesse pelas aulas, consiga interagir em sala de aula e isso me desmotiva.

E isso me desmotivou e eu então decidi que eu não daria mais aula de sociologia.

A professora que após mais de uma década lecionando a disciplina, deixou o ensino médio normal de lado no ano de 2023, indo para o ensino técnico, na mesma escola, hoje presente no NEM como itinerário formativo e voltado para a profissionalização, os antigos cursos técnicos. Apesar da troca, ela diz que não desistiu da sociologia, assim como no caso de seu percurso pelo EJA, onde com alunos de mais idade encontrou mais reciprocidade no desenvolvimento dos conteúdos, ela parece satisfeita com a decisão. Hoje, segundo ela, dá sociologia aplicada, que pela sua própria definição seria trabalhar “as questões de comportamento social, dos problemas que a sociologia enfrenta”, dentro dos componentes de administração. Isso se daria dentro da disciplina ética nas organizações, onde aplica seus conhecimentos de sociologia.

Uma questão que levantei durante a conversa com os entrevistados é se seria possível levar os conteúdos e práticas de sociologia para dentro dos novos componentes, por exemplo, projeto de vida, ou cultura e mídias digitais. O interessante de notar nas respostas é que elas vinculam esse procedimento a uma associação da ética e moral com a sociologia, assim como pode ser visto na escolha da participante um que diz aplicar a sociologia através da disciplina de ética nas organizações. O participante dois também faz a mesma vinculação:

P2: É possível desde que o trabalho seja na ética e moral dentro da tua fala.

Agora no mundo globalizado fica meio complicado trabalhar ética e moral. Quando tu vê toda a biodiversidade do planeta sendo destruída, quando tu vê a degradação ambiental a pleno vapor, quando tu vê o homem priorizando o lucro e não o ser, fica muito complicado. Como é que você vai trabalhar com cultura e tecnologia, né?

Claro, pode trabalhar, mas de uma forma racional e não racional.

O participante três sobre essa mesma questão diz que a sociologia pode ser encontrada em todas as áreas então não vê problema, pois tem certa facilidade com a

interdisciplinaridade. A vinculação da sociologia à ética parece estar de acordo com a LDB atual, na qual está descrito como objetivo do ensino médio: o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (Art. 35, inciso III). Mas não deixa de ser interessante notar que essa construção ética seja atribuída à sociologia e não à filosofia, ou ao conjunto das demais disciplinas das ciências humanas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as entrevistas e refletir sobre as falas dos professores a respeito da mudança para o Novo Ensino Médio, agora de fato em curso desde 2022, com finalização esperada até 2024, se tudo se mantiver no ritmo devido, ficam evidentes que os problemas encontrados não são por conta da nova proposta. Não que não tenha efeitos amplificadores sobre o já combatido ensino médio, tem e são gigantescos, mas ele não é a principal razão.

É importante ressaltar para essas considerações que quando iniciei este estudo exploratório a curiosidade era sobre o que encontraria na docência, a expectativa era de um clima de “enterro” por conta de mais um golpe na sociologia, novos problemas graves, e muita desilusão. Não foi exatamente isso que encontrei, então por si só a pesquisa e a análise dos dados são uma descoberta para mim.

Primeira coisa que devo destacar foi a pesquisa em si, a dificuldade de operar por meios digitais, e conseguir cooperação dos docentes foi algo inesperado. E refuta de certa forma a ideia de que com a tecnologia dos dias atuais a pesquisa esteja facilitada, ou mesmo a ideia de uma comunidade profissional disposta a engajar seu tempo para se conhecer melhor. Da mesma forma que realça a falta de formados em sociologia dando aula na rede estadual, seja neste componente ou não, pelo menos em Gravataí. Isso fica mais bem explicado ao ver as constatações feitas neste estudo.

Segundo aspecto é que através da revisão da trajetória histórica nacional e estadual se pode constatar que apesar da disciplina de sociologia ser considerada através dos séculos como uma forma de dar “ordenamento científico para a sociedade”, de construir cidadania, de instruir na ética, de preparar futuros cidadãos responsáveis, isso sempre dependeu de quem está no poder. No momento em que o modo de pensar de quem governa muda, a disciplina de sociologia por não ter tido maturidade dentro do currículo escolar, ora é considerada um trunfo educacional, ora uma ameaça que gera contestação.

O fato é espantoso, pois outras disciplinas não sofrem esse impacto com a mudança política, e muito menos tem uma trajetória de quase um século de discussão sobre se sua função no ensino das massas é uma missão messiânica, ou revolucionária. O NEM e a quase exclusão completa da sociologia do currículo do ensino médio são um reflexo disso, pois a disciplina que volta ao quadro de componentes da educação básica em 2008 tinha a missão de

formar cidadãos, agora com a reforma de 2017 passa a ser linha auxiliar na formação de uma mão de obra capaz de se adaptar ao mercado.

Terceiro ponto que devo mencionar é o quão amplo pode ser o debate sobre a função da sociologia na escolarização básica, e o quanto ele muda conforme os anos e autores. Discussão esta que muitas vezes não está presente no curso de licenciatura de forma clara, ficando no terreno da sua importância na construção da cidadania ou do pensamento crítico, o que não a diferenciaria das demais disciplinas. Os autores mencionados aqui, apesar de usarem termos diferentes, apontam a formação da percepção sociológica como principal função da sociologia na escolarização, aquilo que seria único da disciplina. Devo concordar com eles, pois habilitar ferramentas para permitir o estranhamento e desnaturalização por parte dos educandos é algo único, e quando isso é feito num olhar para a própria realidade social permite uma reflexão acerca da realidade do outro também. Algo muito necessário para o convívio em sociedade.

Dito isso, vamos as conclusões encontradas na análise das entrevistas com os professores que ministram sociologia na rede estadual de Gravataí. Começo por um dos objetivos buscados inicialmente na pesquisa, descobrir como a distribuição da disciplina afetou a atuação dos docentes de sociologia. A perda de carga horária da disciplina afetou a rotina dos professores? De início já percebo que sim afetou, mas num sentido de piorar a situação, não de algo novo que não existia antes. Aqui estamos falando da fragmentação do currículo escolar, que se reflete diretamente nas condições de trabalho dos docentes, e no convívio social das escolas. Frase bem comum de escutar foi que “isso era mais do mesmo, que sempre foi assim”.

Essa fragmentação se dá quando um professor de ciências humanas, por exemplo, precisa ministrar diversas disciplinas para preencher uma carga horária capaz de mantê-lo na mesma instituição, ou em um número mínimo de instituições que permita um deslocamento confortável. Não à toa todos os professores com quem falei estavam lecionando no mínimo quatro disciplinas diferentes, com duas escolas de lotação. Lembrando que na rede estadual de ensino, um diploma de professor da área de ciências sociais abarca toda uma gama de componentes possíveis de serem trabalhados sem distinção.

Um professor que lecionava sociologia antes de 2022 teria três períodos de uma hora-aula cada garantidos por ciclo completo do ensino médio (1º, 2º e 3º anos), hoje ele tem apenas um período por ciclo. Houve uma perda de dois terços na carga horária e isso afeta a

qualidade de trabalho e das aulas dadas.

Todos os participantes foram unânimes em apontar as dificuldades de uma grade de horário onde se sai, por exemplo, de geografia, para ensino religioso e depois para sociologia em diferentes séries e turmas. Então sim o problema já estava dado, devido ao modelo de contratação dos profissionais, ao modelo de currículo escolar, houve uma opção por manter o ensino nos moldes atuais, mantendo engessado. Porém a nova grade curricular do NEM piora a fragmentação, já que há uma drástica redução dos períodos das ciências humanas, a criação de novos componentes, e uma distribuição de conteúdo que parece não levar em conta a realidade das escolas e sua dinâmica,

Pensando nos depoimentos dados, a piora na fragmentação da grade horária vai gerar mais sacrifícios aos profissionais em suas tentativas de se manterem atuantes em sala de aula: uma dessas medidas é a constante formação acadêmica em novas áreas de conhecimento.

A constatação que fica aparente é que essas novas formações devem se dar por dois motivos: facilitar os arranjos escolares da grade de horários, ter diplomas em determinadas áreas permitem encaixe mais fácil nas escolas, e a necessidade pessoal de uma qualificação mínima a respeito dos assuntos que leciona. Aqui se deve destacar que não se verificou se as iniciativas de formação eram apoiadas pela rede de ensino de alguma forma mais concreta, bônus salarial fora do plano de carreira, pagamento da formação, ou de outra forma. Isso afeta diretamente o docente de sociologia, que agora com apenas um período no ensino médio tem seu componente desvalorizado e quase que isolado dos demais. O que exigirá maior capacidade de adaptação e maior necessidade de formação, ou quem sabe uma nova graduação para conseguir atender de bom grado as exigências dos estudantes.

Os professores que participaram ministram aulas a mais de uma década em sociologia, suas opiniões e experiências antes e depois do NEM convergem para a ideia de que é um modelo imposto de fora para dentro, sem participação democrática e sem o devido preparo. O modelo seria direcionado a formação de mão de obra para o “Mundo do trabalho” sobre quaisquer outras prioridades.

Há também um consenso entre os participantes da importância da sociologia e como ela faz diferença na formação dos alunos, neste sentido o formato atual, prejudica a constituição do pensamento crítico. Pois, sem tempo para expor os alunos a aspectos mais complexos do pensamento sociológico; desnaturalizar a realidade onde eles vivem se torna mais difícil. Os professores também fazem um alerta, um aluno de escola pública nesse novo

currículo passa a ficar ainda mais em desvantagem com os estudantes da rede privada na disputa de processos seletivos de nível superior, por exemplo o ENEM, pelos conteúdos que deixariam de ser abordados em um ambiente e não em outro.

Outro ponto encontrado é de que essa reforma não seria necessária, os componentes novos não eram precisos, já existiam dentro dos horários e disciplinas anteriores. O problema real para os professores é a anterior ao ensino médio, é a formação básica do aluno, que chega a essa etapa sem saber ler, ou interpretar um texto. Tanto que a alternativa ao modelo novo, citada por todos os participantes, seria alfabetização de qualidade que permitisse aos estudantes ler e compreender os textos em sua complexidade.

O sentimento de que os alunos não valorizam a disciplina é bem presente, o que desmotiva os professores, se refletindo em ações como atribuir a sociologia no ensino médio um sentido prático, de utilidade no dia a dia, ou o abandono do componente por parte do docente. Ambos os cenários não são bons. A sociologia não é matemática, ou português, ou geografia, com fácil correlação com a realidade, o que pode gerar no aluno sentimento de engodo na sua formação. O abandono da disciplina tira o acesso do aluno a profissionais qualificados na área, ainda mais aqui no RS que há tempos não repõe seu quadro do magistério, o que precariza ainda mais a situação do ensino.

Para finalizar, espero com os elementos apontados nesse estudo, possam contribuir para a reflexão sobre a atuação de minha futura profissão, ao mesmo tempo, deixo o desafio para meus futuros colegas, para realização de novas pesquisas na área de educação de sociologia, pois considero que será a partir da insistência e resistência nossa que poderemos enfim levar o ensino das ciências sociais ao patamar de importância que merece para contribuir na construção de uma sociedade mais justa, e isto só virá a partir da consciência dos estudantes, tanto sobre a estrutura injusta do sistema capitalista, como de sua capacidade de atuação para uma transformação efetiva de sua realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> (último acesso em 25/08/2023)

_____. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias. Amaury C. Moraes, Nelson D. Tomazi e Elisabeth da F. Guimarães (Coords.). Brasília-DF: MEC/SEB/DPEM, 2006.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf> (último acesso em 25/08/2023)

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> (último acesso em 25/08/2023)

_____. Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro, Brasília DF, 2017.

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm> (último acesso em 25/08/2023)

_____. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. 2018.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio> (último acesso em: 25/08/2023)

CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ – História de Gravataí

<https://www.cmgravatai.rs.gov.br/historia/historia-de-gravatai-2>

(último acesso em: 25/08/2023)

DE CASTRO, Alexandre. A intermitência (e golpes) da (na) disciplina de sociologia na educação escolar básica como sintoma de proposta da nova política educacional brasileira. **Interfaces da educação**, [S. l.], v. 10, n. 28, p. 29–46, 2019. DOI: 10.26514/inter.v10i28.2906. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/2906>. Acesso em: 20 ago. 2023.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Tradução. Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão. - 3ª ed. - São. Paulo: *Martins Fontes*, 2007.

FREITAS, M. C. L. de; FRANÇA, C. E. História da sociologia e de sua inserção no Ensino Médio. **Movimentação**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 39–55, 2017. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/7218>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HABOWSKI, Fabiane; DE ANDRADE LEITE, Fabiane. Novo ensino médio no Rio Grande Do Sul: um olhar para o processo de implantação. **Interfaces da educação**, [S. l.], v. 12, n. 35, p. 745–767, 2021. DOI: 10.26514/inter.v12i35.6027. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6027>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Cidades – Gravataí – Panorama:
< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gravatai/panorama> > (último acesso em: 25/08/2023)

Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Censo Escolar 2022 – Disponível em:
<https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf >
(último acesso em: 25/08/2023)

MEIRELLES, Mauro; MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro. O ensino de sociologia na educação básica: sobre deuses pagãos, fetiches acadêmicos e o despertar de uma nova sociologia. IN: MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; FILHO, Manoel Matias. (Orgs.). **O espaço do sociólogo: um balanço de trinta anos.** Vitória-ES: EDUFES, 2019.

OLIVEIRA, Amurabi. Sentidos e Dilemas do Ensino de Sociologia: Um Olhar Sociológico. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 9, p. 25-39, 2013.
< <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4402> > (último acesso em: 25/08/2023)

OLIVEIRA, Amurabi. Os desafios teórico-metodológicos do Ensino de Sociologia no Ensino Médio. **Perspectiva**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 1019–1044, 2014. DOI: 10.5007/2175-795X.2014v32n3p1019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n3p1019>. Acesso em: 20 ago. 2023.

RAIZER, L. ; MOCELIN, D. G. . A Sociologia no ensino médio do Rio Grande do Sul: a formação de professores e seus desafios. In: **17º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2015, Porto Alegre. Anais do 17 CBS. São Paulo: SBS, 2015. v. 01. p. 01-20. < <http://automacaodeeventos.com.br/sociologia/sis/inscricao/resumos/0001/R1198-1.PDF> > (último acesso em: 25/08/2023)

SARANDY, F. M. S. Reflexões acerca do sentido da sociologia no ensino médio. In: Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho. (Org.). **Sociologia e Ensino em Debate - experiências e discussão de Sociologia no ensino médio.** 1ed.Ijuí: Unijuí, 2004, v. 1, p. 9-386.

SARANDY, F. M. S. O ensino de sociologia na escola média brasileira: as lutas políticas em torno de sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina. In: **4º seminário de pesquisa do instituto de ciências da sociedade e desenvolvimento regional**, Universidade Federal Fluminense/UFF, Rio de Janeiro, março de 2011.

ANEXOS

Termo De Consentimento Livre E Esclarecido

mudanças do novo modelo curricular e suas expectativas com o ensino de sociologia.

O participante ficará com uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para sua consulta.

Você não terá nenhum tipo de despesa para participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, aceito participar desta pesquisa.

Nome do participante _____ Assinatura do participante _____

Luis Alexandre Merolle _____ Professor: Jefferson Marçal Rocha
Aluno matrícula: 159141 _____ Orientador do TCC

Gravata, _____ de _____ 2023

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. O pesquisador responsável por esta pesquisa é o orientador professor Jefferson Marçal Rocha, lotado na Faculdade de Educação da UFRGS.

Caso queiram contatar os responsáveis pela pesquisa, isso poderá ser feito pelos meios abaixo:

- Professor Orientador Jefferson Marçal Rocha - jeffersonmrocha@gmail.com; (55) 991481685
- Pesquisador e aluno Luis Alexandre Merolle: alexandre.merolle@ufrgs.br; (51) 993044763

Telefone de contato do CEPI/UFRGS: (51) 3308-3738

Endereço: Av. Paulo Gama, 110, Sala 311 – Prédio Anexo I da Reitoria – Campus Centro – Porto Alegre/RS – CEP: 90040-060

Horário de atendimento do CEPI/UFRGS: 08h às 12h e das 13h às 17h

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARTICIPANTE

PESQUISA: O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: OS ESPAÇOS E SIGNIFICADOS PARA O PROFESSOR DE SOCIOLOGIA

Você está sendo convidado a contribuir com meu para o trabalho de conclusão de curso (TCC) - requisito obrigatório para obtenção do diploma do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do discente Luis Alexandre Merolle, matrícula 00159141.

O público-alvo desta pesquisa é a comunidade de professores de sociologia da rede estadual de ensino médio do Rio Grande do Sul.

Ao participar deste estudo você participará de entrevista semi-estruturada, e se permitir terá sua voz gravada, para coleta de dados e posterior análise. É previsto em torno de meia-hora de conversa. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida sem qualquer prejuízo. No entanto, sua colaboração é fundamental para que possamos obter melhores resultados da pesquisa.

As respostas serão analisadas e os pesquisadores envolvidos no projeto (eu e o orientador) conhecerão esse material para discutir os resultados, os quais serão apresentados em um TCC para banca de professores da universidade e posteriormente, se aprovado, publicado no site LUME da UFRGS. Todos os procedimentos para a garantia da confidencialidade aos participantes serão observados, evitando-se descrever informações que possam identificar o participante.

Serão solicitadas algumas informações básicas para melhor localização dos dados dentro da pesquisa e perguntas sobre a implementação do novo ensino médio em curso no Rio Grande do Sul e o ensino de ciências sociais.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios de ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos significativos à sua dignidade. O risco que você pode correr ao realizar a pesquisa é de ser identificado mesmo com todos os cuidados de sigilo adotados.

Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Acima de tudo interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada entrevistado.

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados para compreender como os docentes de sociologia estão interagindo com as

ANEXOS

QUESTÕES GUIA PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome:

Idade:

Quanto tempo exerce a docência? Qual sua formação acadêmica? Fez ou está fazendo alguma outra formação?

A quanto tempo ensina no ensino médio estadual? A quanto tempo ministra sociologia? Ministra exclusivamente este componente?

Nestes seus anos de atuação foi afetado por alguma mudança no que se refere a Sociologia no Ensino Médio?

A nova disposição da disciplina na grade curricular impactou de que forma o ensino de sociologia?

Qual seria o papel da sociologia no ensino médio?

A sua rotina de ensino mudou, foi impactada pela implementação do novo ensino médio? Que adaptações houve a esse novo modelo?

És sindicalizado? Filiado a algum partido? Participa de alguma ONG?

Quais os pontos positivos e negativos desse novo modelo do Ensino Médio até o momento?